

**DOS MUNDOS PASSADOS E SUAS GEOGRAFIAS AOS HORIZONTES CONTEMPORÂNEOS:
ALGUMAS REFLEXÕES ¹**

María Laura **SILVEIRA**²

RESUMO: Este ensaio percorre, *grosso modo* e longe de pretensões exaustivas, alguns dos debates centrais da Geografia, buscando compreender os esforços por elaborar um objeto e um *corpus* em diversos momentos da história. Nestes, as novas realidades do mundo e os debates filosóficos são considerados elementos explicativos importantes. Após a apresentação de algumas premissas sobre a noção de espaço geográfico, partimos para a discussão de quatro grandes momentos: a) a ciência moderna, quando o saber logoteórico é substituído pelo científico-matemático e o discurso geográfico já ganha uma primeira divisão entre geografia geral e geografia especial; b) a nova expansão dos horizontes conhecidos para o mundo europeu, o desenvolvimento dos inventários e a utilidade da geografia como ciência de Estado; c) o período da industrialização e do marcante imperialismo europeu e os grandes debates da geografia moderna na virada do século XIX para o século XX; d) as novas teorias para o complexo mundo do século XX, como geografia cultural, corologia, ecologia humana, geografia social, ciência regional e as geografias de pós-guerra. Finalmente, propomos alguns elementos para um debate contemporâneo num período em que o planeta se tornou uno e complexo, autorizando tanto uma geografia com vocação para as coisas específicas quanto uma geografia ainda preocupada com a idéia de totalidade.

RESUMEN: Este ensayo recorre, *grosso modo* y lejos de pretensiones exhaustivas, algunos de los debates centrales de la Geografía, buscando comprender los esfuerzos por elaborar un objeto y un *corpus* en diversos momentos de la historia. En éstos, las nuevas realidades del mundo y los debates filosóficos han sido elementos explicativos importantes. Posteriormente a la presentación de algunas premisas sobre la noción de espacio geográfico, partimos para la discusión de cuatro grandes momentos: a) la ciencia moderna, cuando el saber científico-matemático sustituye al saber logo-teórico y el discurso geográfico ya adquiere una primera división entre geografía general y geografía especial; b) la nueva expansión de los horizontes conocidos para el mundo europeo, el desarrollo de inventarios y la utilidad de la Geografía como ciencia de Estado; c) el período de la industrialización y del marcado imperialismo europeo y los grandes debates de la geografía moderna en el paso del siglo XIX al siglo XX; d) las nuevas teorías para el complejo mundo del siglo XX, como geografía cultural, corología, ecología humana, geografía social, ciencia regional y las geografías de pos-guerra. Finalmente, proponemos algunos elementos para un debate contemporáneo en un período en el cual el planeta se volvió uno y complejo, permitiendo tanto una geografía con vocación para las cosas específicas como una geografía aún preocupada con la idea de totalidad.

RESUMÉ: Cet essai traite, *grosso modo* et sans ambition exhaustive, certains débats centraux de la Géographie, en cherchant comprendre des efforts pour élaborer un objet et un corpus à divers moments de l'histoire. Dans ceux-ci, des nouvelles réalités du monde et des débats philosophiques ont été des importants éléments explicatifs. Après la présentation de quelques prémisses sur la notion d'espace géographique, on discute quatre grands moments: a) la science moderne, quand le savoir scientifique-mathématique remplace le savoir logo-théorique et le discours géographique connaît une première division entre géographie générale et géographie spéciale; b) la nouvelle expansion des horizons connus pour le monde européen, le développement d'inventaires et l'utilité de la Géographie comme science d'État c) la période de l'industrialisation et de l'impérialisme européen et des grands débats de la géographie moderne aux siècles XIX et XX ; d) les nouvelles théories pour le monde complexe du siècle XX, comme géographie culturelle, chorologie, écologie humaine, géographie sociale, science régionale et des géographies de après-guerre. Finalement, nous proposons quelques éléments pour un débat contemporain dans une période où la planète s'est retournée une et complexe, en permettant tant une géographie avec vocation pour les choses spécifiques comme une géographie encore préoccupée avec l'idée de totalité.

¹ Conferência pronunciada na VII Semana de Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia "A Geografia e suas mutações: marcos e trajetórias", Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, 14 de agosto de 2006.

² Professora Doutora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Contato: laurasil@usp.br

1- INTRODUÇÃO

Saber muito antigo e muito novo, a geografia tem atravessado longos períodos de formação e de crises. Certas categorias permaneceram e se fortaleceram no seu *corpus* teórico, outras foram abandonadas ao mesmo ritmo que novas idéias eram incorporadas. Para enfrentar a análise dessa questão poderíamos refletir sobre o que é a geografia, analisando momentos marcantes da história da disciplina e, por fim, propor algumas questões relevantes no debate contemporâneo.

Poderíamos dizer que o espaço geográfico resulta, *grosso modo*, da convergência da história do planeta e da história da humanidade. Ele é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado e daí a miríade de desafios e limites nas suas diversas definições. Processo inacabado, resultado imperfeito, ao longo dos séculos, o espaço e a sua apreensão foram desafios constantes da história das idéias.

A cada mundo passado, uma ou mais geografias. A cada momento do passado, uma ontologia, uma realidade que devia ser explicada, uma explicação que devia ser útil. Quando buscamos compreender não apenas a história da geografia mas, sobretudo, a história dos conceitos, as teorias e os instrumentos, em definitivo, as sucessivas formulações do objeto, dos conceitos e dos instrumentos da disciplina, estamos realizando um esforço epistemológico.

Como foi pensado o objeto da geografia ao longo da história? Quais as linguagens e instrumentos privilegiados? Poderíamos, também, indagar qual foi a utilidade da geografia em cada momento histórico? O mundo das grandes navegações, o mundo da motorização, o mundo da industrialização, o mundo da globalização têm sido objetos de um saber, permitindo a construção de um vocabulário e a elaboração de algumas teorias.

Dir-se-ia que a geografia não buscou ser um pensamento sobre o pensamento, mas um pensamento sobre as coisas. Tampouco uma disciplina cuja única pergunta – cativa e segura – seja “onde?”. Ao contrário, sua preocupação vai além. A geografia procura refletir como, onde, quem, por quê, para quê e para quem o espaço é produzido e usado.

Assim, talvez, alcançaremos uma teoria – ou várias – sobre o espaço. Mais uma vez, o grande desafio é, partindo da nossa disciplina, contribuir na formulação de uma teoria social. Para tanto, é mister perguntar-se sobre o que aí está, sobre o que existe e como funciona para poder imaginar novas combinações.

Propomos, então, e sem a pretensão de sermos exaustivos – nem poderíamos sê-lo nesta ocasião – atentar para alguns momentos significativos da evolução da disciplina geográfica. Sem esquecer das indagações filosóficas sobre a Terra, tantas vezes geográficas, nascidas no mundo antigo e no mundo medieval, mencionamos aqui certos marcos significativos no intuito de reconstruirmos algumas trajetórias.

2- A CIÊNCIA MODERNA E O DISCURSO GEOGRÁFICO

A chamada revolução científica, perpassando os séculos XVI e XVII e cujo resultado foi a formação da ciência moderna, significou, entre outras coisas, a substituição do saber filosófico-teológico pelo saber prático. Uma divisão do trabalho que levará à coexistência de saberes práticos e saberes filosóficos. É nesse marco que se expande o mundo conhecido e, conseqüentemente, o *ecumene* dos europeus. Terras e povos são precariamente inventariados, autorizando a produção de saberes sobre a vida em outros mundos.

O que doravante vai dar à ciência a última palavra é o seu método. Observação, experimentação e formulação de leis revelam a força da indução e a incontestabilidade de tal prática social. Corre em paralelo o desenvolvimento das ciências naturais – agora a natureza é vista como uma máquina, num universo heliocêntrico, que busca ser explicado pela matemática. Gradativamente, o saber logoteórico cede seu lugar ao saber científico-matemático, a contemplação

e a linguagem comum são insuficientes aos olhos de uma ciência ativa e técnica. É o advento dos racionalismos e empirismos nos séculos XVI e XVII.

No alvorecer da ciência, Varênio (1984) agrupa os estudos sobre a forma, magnitude e movimentos do planeta, expressados em relações e linguagens matemáticas, sob a denominação de geografia geral, enquanto reserva o nome de geografia especial para a descrição de países. Nesse esforço de classificação, que não era alheio às reflexões herdadas da Grécia antiga e recuperadas graças à civilização árabe, podemos talvez reconhecer a origem de uma importante dicotomia atual, cuja existência é, como vemos, anterior à institucionalização da disciplina. Outras questões descortinavam-se já naquele mundo passado: a formulação de leis e a delimitação dos pedaços a investigar. Nesse desenvolvimento do pensar matemático não surpreende que a cartografia haja alcançado um estágio mais avançado graças, sobretudo, à correção dos erros nas coordenadas geográficas e nas projeções, agora tendo a certeza da esfericidade da terra.

Por essas razões a utilidade do discurso geográfico era, em grande parte, a produção de mapas e inventários. Em definitivo, a geografia nascia como ciência de Estado, ligada à burguesia e preocupada no encontro de equilíbrios nas complexas equações de população, alimentos e arrecadação de impostos.

3- NOVA EXPANSÃO DOS HORIZONTES CONHECIDOS NO MUNDO E NA CIÊNCIA

Mais tarde, o mundo europeu vive um período de nova expansão dos horizontes tanto no espaço como na ciência. É o século XVIII que assiste as expedições em terras longínquas, graças aos progressos nos sistemas técnicos. Paralelamente, a primeira revolução industrial inglesa tem o papel de mudar as configurações territoriais nacionais ao sabor da industrialização e da urbanização. A França, que continua rural, vê crescer um movimento intelectual, cuja confiança na razão e cuja fé no progresso parecem indelévels. A criação de um novo gênero científico-literário – a Enciclopédia – atravessará os séculos e será marcante na formação das sucessivas gerações tanto no centro do sistema mundial como nas colônias. De modo mais ou menos difuso, a geografia vai galgando uma posição no concerto dos saberes que devem ser ensinados aos jovens numa educação que se universaliza. É o período conhecido como Iluminismo, cujas explicações abrangentes já não pinçam apenas o racional nem afirmam apenas o comprovável e parecem, ainda hoje, acompanhar-nos.

Essa busca de abranger tudo como única forma legítima de produzir o conhecimento desponta como a ante-sala do positivismo. O espírito da época somado ao importante desenvolvimento das ciências naturais tiveram impactos seculares na geografia. A geologia de Buffon, a classificação de plantas e animais de Linneo e o advento das ciências sintéticas como a história natural são alguns fatos ilustrativos. Não podemos esquecer que, na discussão sobre a delimitação dos pedaços da terra a descrever, que já havia conhecido a divisão das paróquias e dos países, acrescenta-se a proposta de Buache e a noção de bacia fluvial. Eis o novo critério de regionalização, cuja persistência na história da disciplina parece-nos, outrossim, evidente.

Como ciência de Estado, a geografia torna-se fundamental, crescentemente acompanhada pela recém-nascida estatística. Mesmo sem receber o nome de política, a geografia passa a sê-lo, num contexto no qual os determinismos se fortaleciam na velha filosofia e a jovem economia política começava a assistir o debate entre fisiocratas e economia clássica. Assim, de um lado, o comportamento e a política dos povos encontravam uma importante base de explicação na história natural dos lugares e, de outro, a agricultura e o *laissez faire* buscavam os equilíbrios entre produção de alimentos e população, entregando assim à nação mais uma dimensão da soberania – a alimentar. Do outro lado do canal, a Inglaterra, cuja revolução industrial se fortalecia, insistia na criação de riqueza a partir da transformação. Seus domínios coloniais garantiam o domínio das terras que forneceriam os alimentos para a metrópole, ao tempo que a mão invisível do mercado, defendida por Adam Smith, confrontava discretamente com as idéias malthusianas. A administração centralizada dos territórios nacionais e, mesmo, das suas colônias contribuía, desse modo, à

formação de uma geografia moderna, já de posse de um vocabulário e prestes a conhecer sua institucionalização.

Contudo, na Alemanha, gesta-se um movimento ao mesmo tempo contemporâneo e diferente do iluminismo, a chamada filosofia crítica ou transcendental. O sistema filosófico de Kant terá impactos extraordinários na geografia, uma vez que selará a concepção de espaço como categoria *a priori* do pensamento. Uma visão geométrica que perdura até hoje pode, sem dúvida, encontrar suas raízes nessa discussão. Mais do que um produto da história, o espaço é visto como uma forma de classificar os conteúdos da experiência.

Paralelamente, a questão central parece ser: é possível um conhecimento natural (não-teológico) da história? E a insatisfação do romantismo alemão frente a um mesmo método para a natureza e para a história cresce amparada, certamente, na consciência da historicidade que Herder exprimirá com beleza. O caminho estava aberto para a proposta hegeliana do método dialético. Um marco da história universal das idéias será, exatamente, o movimento da razão que poderá ser analisado a partir da tríade tese, antítese, síntese.

Pode-se dizer que estamos defronte a geografia moderna. Todavia, enquanto o grande método dos saberes históricos é formulado, a geografia se institucionaliza reforçando sua vocação descritiva. Fundadas no método científico, as chamadas ciências da natureza iniciam um caminho ascendente de descoberta das dinâmicas da natureza e de formulação de leis. Um ir e voltar da realidade ao laboratório garante os fundamentos da sua cientificidade. Os saberes históricos começam a libertar-se da armadilha do único ou o geral, a partir da descoberta do movimento da razão. A Geografia parece ficar à metade do caminho. A implantação das primeiras cadeiras de geografia e a fundação das primeiras Sociedades Geográficas no início do século XIX, marco da institucionalização da disciplina, substituem a pretensão de formular leis pela elaboração de princípios e acirram sua vocação pelos inventários.

Há um certo consenso em atribuir a Humboldt e Ritter a responsabilidade pela sistematização da geografia moderna. A Humboldt devemos a insistência no valor da observação, os princípios da causalidade e da geografia geral e o uso do conceito de paisagem nas descrições e explicações que ele próprio chamou de empirismo raciocinado. A natureza como unidade harmoniosa é recorrente no pensamento de ambos mas, em Ritter, vai ser explicitada como a necessidade de encontrar a ordem que jaz na desordem aparente. Tomando os continentes como unidades regionais, Ritter vai propor uma geografia de países, um enfoque regional, cujo corolário será o que ele denominou geografia comparada (HUMBOLDT, 1982; RITTER, 1982).

4- O PERÍODO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DO IMPERIALISMO E A GEOGRAFIA MODERNA

Já em meados do século XIX a Inglaterra, potência industrial e urbanizada, passa a ser o emblema do capitalismo. Neste as contradições não se fazem esperar. Revoluções operárias e formação de associações internacionais de trabalhadores vão esboçar o novo mapa da Europa, que se perfaz com o chamado pacto colonial. A periferia, constituída pela América, África, Ásia e Oceania, fornecerá, a um só tempo, matérias primas e mercados. Nessa nova ordem o papel do conhecimento já se renunciava e as Sociedades Geográficas podiam propiciar as fórmulas mais eficientes de controle da natureza e os inventários das colônias. A Alemanha, excluída do banquete imperial na periferia, centrava suas preocupações territoriais no próprio continente.

Essa foi a época em que coexistiram três debates cujas idéias serão, tantas vezes, canhestamente incorporadas na geografia. Utilizando o método dialético, o materialismo histórico dará ênfase à historicidade das categorias e tornará centrais, no seu esquema explicativo, o trabalho e a técnica, as forças e os meios de produção, as relações de produção, a propriedade e a luta de classes.

O positivismo de Comte vai retomar a idéia de uma base matemática da ciência, cuja classificação deverá ser feita a partir do objeto. Na elaboração de uma física social ou sociologia, a história será considerada um laboratório. O peso do cientificismo renovado foi tão grande que, mesmo quando a geografia buscou apropriar-se de categorias do materialismo histórico, o método positivista participava com força das elaborações. Este é o segundo debate a que nos referimos.

Por fim, a teoria de Darwin, difundida pelo inapropriado nome de evolucionismo, incorporava a idéia de descendência com modificação, longamente elaborada mas nunca formulada com tal clareza e sistematicidade. O papel do aleatório era destacado como dado da relação da espécie com o meio. Conceito caro à geografia, o meio ganha agora uma verdadeira definição científica e, com ela, sua permanência na disciplina.

Boa parte do século XIX é, para a geografia, o século das geografias coloniais, das geografias imperiais, da geografia política. Um vocabulário se consolida, autorizando a formação de conceitos. O método científico parece, afinal, alcançar-se pelo trabalho de campo, que passa a ser o laboratório dos geógrafos. O valor da cartografia como recurso central na apresentação dos resultados completa o quadro de uma ciência nova que é, na realidade, um dos mais antigos saberes.

No final do mesmo século, Ratzel elabora uma sólida teoria de dupla vertente: a antropogeografia, preocupada em dar conta da relação meio-homem, e a geografia política, que procura explicar a relação entre o Estado, o povo e o território. Enquanto a primeira é, na verdade, a geografia do passado – o mundo dos nossos ancestrais, a segunda é a explicação da forma contemporânea de tal relação – o mundo imperial. Tamanha a relevância do tempo no esquema ratzeliano. Fica claro o objeto da disciplina: o homem em correlação com o solo que o abriga, isto é, o estudo das influências externas nos organismos, as relações de poder e propriedade. As influências da natureza sobre o homem migram com ele e daí, tantas vezes, a incapacidade de reconhecê-las. Não somos, todavia, autorizados a negá-las. Para o autor a valorização do elemento humano na história não pode ser entendida sem o estudo das condições nas quais o homem realiza sua obra política. Esse é o processo de formação do território, aquela porção da superfície da terra apropriada por um grupo humano (RATZEL 1990).

O território é absolutamente necessário à existência de um Estado, cuja potência e solidez estão diretamente ligadas à sua posse. Quando tal porção é insuficiente para a reprodução da sua população, lutar-se-á contra outros Estados ou contra a própria sociedade. Expansionismos ou freios ao crescimento da população. É o espaço vital em questão. Utilidade política e coerência teórica asseguraram longos anos de vida a essa proposta. Com base no método das ciências da natureza, o discurso em defesa do projeto imperialista tornou-se central nesse momento histórico e possibilitou, mais tarde, a formulação do pensamento geopolítico de Haushofer, mesmo quando o termo geopolítica tivesse sido proposto, no início do século XX, por Kjellen.

Mackinder, na Inglaterra, será quem elabore a proposta de uma geografia política racional sobre as bases da geografia física, ensejando desse modo a possibilidade de percorrer os passos da observação, comparação, classificação e formulação de leis. As comunidades humanas deviam ser consideradas como unidades na luta pela existência, esta sendo mais ou menos favorecida pelo meio. O geógrafo inglês reconhecerá áreas-pivô, que serão um dado para as discussões sobre a construção do poder (MACKINDER, 1982).

Evidentemente não podemos esquecer as chamadas geografias libertárias, por outros denominadas anarquistas, de quem Reclus foi o principal representante. Quiçá, a idéia seminal do autor foi a de entender cada período da vida dos povos como uma mudança dos meios geográficos; processo oculto, tantas vezes, pela idéia de raça (RECLUS, 1985). Para ele tratava-se de reconhecer o laço íntimo que liga a sucessão dos fatos humanos à ação das forças telúricas. Utilizando os procedimentos do método científico, as necessidades de existência eram examinadas como o modo de alimentação, a habitação e as vestiduras. Tal conjunto de condições materiais age e reage sobre o modo de sentir e pensar e, desse modo, propõe Reclus, cria-se a civilização. Esse processo, porém, enfrenta o problema da propriedade, que pode crescer indefinidamente e é um dos fundamentos da

luta de classes. O propósito desse discurso foi, certamente, a denúncia do domínio de uma classe sobre outra.

Mesmo quando o termo antropogeografia ou geografia humana tivesse sido proposto por Ratzel e, na França, fosse objeto de fortes críticas de Vidal de La Blache, é amiúde com esse rótulo que se conhece a obra do autor francês. Num rico diálogo com a geologia, o historiador vai elaborar sua teoria regional, ao mesmo tempo em que defende o princípio da unidade terrestre, isto é, a Terra é feita de partes coordenadas, fenômenos encadeados e que obedecem a leis gerais. Nessa unidade, o conceito de meio desponta como central: aquela teia que nos envolve, na qual se dá a coabitação e a correlação recíproca dos elementos (VIDAL DE LA BLACHE, 1922). Hoje, escrevia o geógrafo francês (VIDAL DE LA BLACHE, 1922), as regiões estão comunicadas, porém não há que se desconsiderar a influência do relevo, do clima, da posição continental e insular. Criam-se, dessa maneira, modos de existência ligados ao meio e, por isso, o homem deveria ser considerado como fator geográfico passivo e ativo. Sua vida é intrinsecamente vinculada às condições da natureza que, todavia, não são inelutáveis pois a ação humana resulta da escolha entre possibilidades. Daí a expressão de Lucien Febvre (1949), atribuindo a Ratzel e seus seguidores o rótulo de deterministas e ao próprio mestre e sua escola o nome de possibilistas. Usada até a exaustão e retirada do seu contexto original, tal frase tornou-se classificatória e pouco – ou nada – explicativa.

Mas voltemos à vertente regional, cujo peso era central para Vidal de La Blache, inspirando-lhe uma frase, também tornada célebre, porém desta vez cunhada pelo próprio mestre: a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens, em clara alusão à proposta de Ratzel. As leis gerais que podem ser formuladas para a Terra como um todo têm arranjos diferenciados nas regiões, que devem ser descritas, definidas e explicadas. Para tanto dois procedimentos científicos tornam-se incontroversos: as excursões e a cartografia. Herança das ciências naturais, sobretudo do trabalho de Gallois, o conceito de região proporciona a Vidal a imutabilidade de que precisava para desenvolver seu esquema. Sobre um pedaço de terra definido pelas condições geológicas, um grupo desenvolve um modo de vida particular, em outros termos, uma técnica, hábitos, propriedade, laços de família, de raça e de direito. Tomado de Le Play, o modo de vida, categoria externa da geografia, torna-se uma categoria interna com o nome de gênero de vida. Assim, é chamada a ação metódica do grupo num domínio natural que muda sua paisagem. A região natural transforma-se em região histórica. E uma certa sinonímia entre região, paisagem e gênero de vida fica, assim, garantida.

O estilo científico-literário por excelência era a monografia regional (VIDAL DE LA BLACHE, 1999) e os mais belos trabalhos serão os dos seus discípulos Albert Demangeon (*Plaine picarde*), Raoul Blanchard (*Flandre*), Camille Vallaux (*Basse-Bretagne*), Jules Sion (*Paysans de la Normandie orientale*) e Maximilien Sorre (*Pyrénées méditerranéennes*), entre outros. Um marco na produção do conhecimento, cuja legitimidade parece, ainda, incontestável. Tanto mais ganhava força tal gênero quanto a geografia queria se diferenciar da pretensa ameaça da morfologia social de Durkheim e Mauss. A opção pelo estudo do que é único alimentava-se pela pesquisa de campo com a observação da paisagem na escala regional. Vista como ciência ideográfica, a geografia permitia estabelecer também a famosa ponte entre o conhecimento da natureza e o conhecimento da sociedade. Essa teoria geográfica perfazia a defesa da França rural ao tempo que se concebia um critério classificatório para as colônias. A empresa da colonização era, assim, legitimada. Uma verdadeira geografia de Estado, ligada às classes conservadoras.

5- NOVAS TEORIAS PARA O COMPLEXO MUNDO DO SÉCULO XX

Foi nos anos 1920, com Passarge na Alemanha e Carl Sauer nos Estados Unidos, que a geografia cultural ganha visibilidade e vem enriquecer o debate. O diálogo com a etnografia e a antropologia traz novos conteúdos à disciplina que, todavia, não despreza as contribuições da chamada geografia física. O método evolutivo, especificamente histórico, dirá Sauer, deve incluir a observação direta de campo, cujo fundamento é a técnica morfológica tomada da geografia física.

Para esse autor nenhum campo verdadeiramente científico podia expressar-se por meio de uma relação causal particular e a tarefa da geografia era, por conseguinte, o entendimento da diferenciação da superfície da Terra em áreas. Cada cultura cria um tipo particular de paisagem que é, segundo os fundadores dessa corrente de pensamento, o resultado material das diversas formas de alimentação e de religião, dos instrumentos agrícolas, das crenças que influenciam os comportamentos, das decisões de localização da moradia, das práticas de trabalho, das relações sociais e culturais (SAUER, 2000). Menos o território ou a região, o objeto da geografia é agora definido como a paisagem cultural, embora o termo *landschaft* seja capaz de conter, ao mesmo tempo, paisagem e região, riqueza que parece perder-se na tradução..

Consolida-se, também na primeira etapa do século, a proposta corológica já esboçada por Hettner (2000) e ampliada por Hartshorne. Em contraposição à concepção de Sauer, a corologia considerava que, longe de ser dado pelos materiais estudados, o caráter unitário da geografia era assegurado pelo método de estudo. A matéria específica da Geografia são as áreas da Terra na medida em que diferem umas das outras. Conceito privilegiado, a área resulta, sobretudo, da escolha e delimitação do pesquisador a partir dos dados levantados. A região não aparece como realidade objetiva externa. Na visão de Hartshorne (1966, 1978), a variação espacial é o sinônimo mais claro das diferenças entre áreas.

À ecologia humana devemos a entronização do tema das relações entre os grupos humanos e o meio natural nos últimos decênios do século XIX. Essa foi uma herança acolhida pela geografia no seu conjunto. Mas, a ecologia humana dava centralidade à categoria de ecossistema. Os chamados geógrafos físicos valeram-se desses postulados para avançar na discussão dos ecossistemas naturais da superfície terrestre e, a um só tempo, os geógrafos humanos utilizaram profusamente as noções de ecossistemas rurais, de ecossistemas naturais atingidos por atividades não agrárias e de cidade como ecossistema. Quando em 1923, Barrows assevera que a geografia é a ciência da ecologia humana e que, como tal, deve tornar evidentes as relações existentes entre o meio natural e a distribuição das atividades humanas, estava ensejando a possibilidade de uso de novos conceitos como concorrência, domínio, invasão e sucessão na formulação de teorias sobre a estrutura urbana. Foi o que fizeram Park e Burgess.

O debate sobre a geografia social, cujos antecedentes podem ser encontrados na Alemanha, na França, na Inglaterra e também nos Estados Unidos já na primeira metade do século XX, conduz um estudioso como H. Capel (1984, p. 67) a indagar-se: haveria mesmo uma geografia humana não social? E daí, por vezes, a identificação entre uma geografia humana e uma geografia social. Amiúde entendida como a distribuição no espaço dos fenômenos sociais ou como uma visão da sociedade como grupos espaciais, essa geografia preocupava-se em reconhecer funções e demandas de espaço. Entretanto, para outros, trata-se de um verdadeiro ramo da geografia humana, uma geografia mais preocupada com a própria sociedade, as relações sociais e menos – ou nada – com seus resultados materiais. Incluem-se, mormente a partir dos anos 1970, as análises sociais da moradia, da pobreza, do desemprego, da delinquência, a geografia eleitoral, os conflitos raciais e as organizações religiosas, entre outros.

Nos Estados Unidos e na Europa, a crise da década de 1930, advinda da quebra de Wall Street em 1929, questiona, de algum modo, o liberalismo econômico. Há um reconhecimento do importante papel do Estado na organização da economia, da sociedade e do território. Nas décadas seguintes, as idéias de Keynes ganham visibilidade e a intervenção do Estado torna-se um *leitmotiv* das políticas tanto nos Estados Unidos como, sobretudo, na Europa, que inicia o processo de reconstrução após as grandes guerras. Almeja-se uma sociedade mais justa e mais próspera, ao passo que se constata que crescimento demográfico, urbanização e crescimento econômico são processos capazes de criar profundas diferenças entre as regiões. A organização do território e o planejamento regional passam a ser campos de pesquisa, estudo e ação, aptos a criar as ferramentas para reduzir as desigualdades socio-espaciais.

As relações entre economia e poder público são, agora, enxergadas como um problema. A questão regional é formulada no seio do reconhecimento da heterogeneidade e desigualdade espacial nos países, mesmo em crescimento. Por vezes canhestamente, persegue-se a

homogeneidade espacial; o keynesianismo identificado com a batalha pela justiça espacial. Em conseqüência, discute-se o problema do conceito de região e sua operacionalização, esta tornada necessária também aos “técnicos” e aos políticos. Uma profusão de respostas, sempre inacabadas, sempre incompletas, verifica-se na economia, no Estado, na geografia...

São tempos de elaboração da ciência regional (BENKO, 1999), da economia espacial, da análise regional, quando os esforços de abstração, agora amparados numa forte base matemática e econômica, contribuem para, de novo, geometrizar o espaço. Os especialistas formulam leis fundamentais de distribuição de atividades no espaço e propostas de desenvolvimento inspiradas na preocupação com as disparidades econômicas entre as regiões de um país. Walter Isard – fundador da ciência regional – é um dos mais importantes pensadores a trabalhar temas como mobilidade de capitais e investimentos, decisões de localização de empresas e sua relação com o crescimento econômico, urbanização, indústria e desenvolvimento e agricultura. Os conceitos de economias externas e economias de escala passam a explicar densidades e nexos até então pouco trabalhados. E, na esteira da operacionalização do conceito de região, Perroux e seu discípulo Boudeville, cujas obras tornam-se referências para o exercício do planejamento na América Latina, vão propor uma operacionalização e uma tipologia: região homogênea, região polarizada e região programa. No Brasil, a aplicação de tais conceitos foi, todavia, precedida pelo uso do conceito de região natural. Fábio de Macedo Soares Guimarães, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1941, e a partir das obras de Ricchieri e de Delgado de Carvalho, elaborou a primeira regionalização brasileira.

É nesse contexto político e filosófico que vemos emergir, com força, a geografia econômica, notadamente com ricos trabalhos sobre geografia industrial. De inspiração marxista, essas pesquisas e reflexões atribuíam grande força aos fatores econômicos. Na França, certamente Pierre George foi um dos seus principais construtores. Linhas de longa data e tradição que ganharam relevância e visibilidade em meados do século na Europa Ocidental, como a geografia política, a geografia urbana e a geografia da população foram, todas elas, estudadas na União Soviética e depois em Cuba no campo da geografia econômica.

E no debate da chamada geografia física é preciso considerar a abordagem sistêmica que, nos anos setenta, permitiu a um pensador como Anuchin aprofundar a idéia da geografia física como um todo. Todavia, em 1963, Sochava já havia proposto, na União Soviética, o conceito de geossistema. Foi assim que nasceu uma discussão, que vai durar alguns anos, entre seus seguidores e os defensores da noção de ecossistema. Enquanto o ecossistema parte de considerar a energia solar e as transferências bioquímicas, o geossistema aperfeiçoa a idéia com as energias ligadas à gravidade, as migrações de massas, aéreas, hídricas, orgânicas e minerais, sob efeito de energias cinéticas (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991). Daí a superioridade conceitual do geossistema, argüiam seus propulsores, pois o mesmo interesse é depositado em todos os elementos do sistema, sem ter *a priori* um enfoque biocêntrico.

É necessário recordar o conhecido e mais antigo debate entre a geomorfologia dinâmica – estudo de processos particulares, a geomorfologia climática – complexo total dos processos atuais em seu quadro climático – e a geomorfologia climatogênica – análise de todo o relevo, incluindo as feições ajustadas ao clima atual e produzidas por climas anteriores. E também assinalar, nos anos 1970, a discussão, de raiz positivista, entre abordagens funcionais – fenômenos explicados por regularidades repetidas e previsíveis – e abordagens realistas – mecanismos e estruturas nos processos ambientais.

Um decênio mais tarde, torna-se marcante a influência de uma teoria preocupada com os limiares diante do catastrofismo e do uniformitarismo. Coates e Viteck foram, quiçá, seus máximos representantes ao propor as idéias de limites críticos, condições limites e pontos de rendimento.

Mas, o que não pode deixar de ser apontado, como nos lembra Gregory (1985), é uma crescente preocupação, nesses anos, por edificar uma geografia física mais unificada e menos ramificada.

E, dentre as novidades do século XX, assinalamos as importantes contribuições de uma Geografia do Tempo, proposta, de um lado, por Nigel Thrift e, de outro lado, por Hägerstrand

(1962) com sua geografia da difusão de inovações. Os partidos metodológicos do geógrafo sueco foram significativos, pois permitiram desenhar no território as linhas de avanço das inovações tecnológicas e, nos autorizaram a pensar também o papel das normas, com suas permissões e proibições, na difusão de objetos e formas de fazer.

Esse complexo percurso da geografia alcança um momento extremamente marcante quando, no final da década de 1960 e sobretudo nos anos 1970, vemos descortinar-se três movimentos, mais ou menos contemporâneos, mais ou menos contraditórios, opostos e complementares. Esse conjunto ganhou, em quase todas as interpretações da história do pensamento geográfico, o nome de “geografias do pós-guerra”.

A primeira das correntes, a *new geography*, nasce no contexto do neopositivismo, que insistia na valorização da ciência como única forma válida de conhecimento. A diferença do positivismo comteano, o atual sistema de idéias prestava especial atenção à linguagem e sua análise lógica; daí também o nome de positivismo lógico. Num mundo mecanizado e motorizado, mesmo nas suas periferias, e que assistia aos primórdios da informatização, a geografia parece abandonar seus históricos determinismos na reflexão das relações entre os homens e o meio. Com base nos progressos dos instrumentos de trabalho e das técnicas e uma sofisticada base lógico-matemática, a geografia se embrenha na produção de modelos, na quantificação das relações e na sua comprovação. Também denominada geografia teórica ou geografia teorética, a ênfase era dada à possibilidade de formular teorias, observar e descrever regularidades como a disposição espacial das atividades humanas ou de variáveis físicas. A descrição era, agora, precisa, o que significava o fim das definições verbais e o império das definições operativas e mensuráveis como a quantidade de precipitações, os grupos de idade ou os patamares de população urbana.

Sua hegemonia no mundo anglo-saxão foi significativa entre 1950 e 1970. Conhecida pelo epíteto de quantitativa que, segundo Estébanez (1982), não lhe corresponde com exatidão, essa corrente encarnou a velha vontade da Geografia por tornar-se uma ciência, superando o caráter ideográfico tão claramente revelado na frase de Schaefer (1953): sem teoria, não há exceções, tudo é único.

Entretanto, sua presença no Brasil foi, outrossim, significativa. Foi fundada a Associação de Geografia Teorética em Rio Claro, ao passo que a *Revista Brasileira de Geografia* no Rio de Janeiro foi um importante veículo e a União Geográfica Internacional criou, nessa cidade em 1971, sua Comissão de Métodos Quantitativos.

Seus legados têm adotado diversas manifestações. Mas, a tradição de formalização em Geografia ganha contornos destacados com o enorme esforço de Roger Brunet (1991, p. 119) na sua proposta dos coremas. Por meio de sete signos básicos, este autor busca exprimir todas as organizações espaciais. Os coremas, defende Scheibling (1994, p. 82), constituem uma forma de alfabeto que permite analisar e representar do espaço local ao sistema-mundo. Uma sofisticada semiologia para um espaço geométrico.

Outra abordagem importante tem sido a da Geografia da Percepção e do Comportamento, com seu labor pela construção de mapas mentais. Cada indivíduo desenvolve uma maneira de apreender e avaliar o espaço. Em decorrência, o espaço não significa a mesma coisa para todos; não há uma representação comum e, portanto, o comportamento de uma pessoa resulta de escolhas fundadas na sua percepção do meio. A sua cientificidade fica garantida, segundo seus defensores, uma vez que as percepções são consideradas dados objetivos. No Brasil, esta linha de reflexão e pesquisa também alcançou maturidade, sobretudo a partir dos trabalhos de Livia de Oliveira que, mais tarde, se orientaram para a geografia humanista.

Por vezes convergente, por vezes divergente da teoria da percepção e do comportamento, observamos outro marco importante a partir da contribuição da fenomenologia. Busca-se uma aproximação geográfica da paisagem, pois esta não é um dado objetivo e sim um dado subjetivo e vivido. Sylvie Rimbart e Armand Frémont têm sido importantes expoentes. A paisagem é concebida como uma composição mental que resulta da seleção e estruturação subjetiva, a partir da informação que provém do entorno e que orienta os comportamentos.

A terceira das geografias do pós-guerra é a geografia radical ou marxista que, nos Estados Unidos e na Europa, obteve visibilidade sobretudo a partir dos seus principais veículos de difusão: *Antipode*, *Espace et Temps* e *Hérodote*. Mas, também é preciso assinalar a geografia crítica brasileira e latino-americana, que buscava contestar a ordem estabelecida como diz Antonio C. R. Moraes (1983), e que se desenvolveu a partir de centros como São Paulo, Pernambuco e Presidente Prudente.

Dentre as preocupações políticas que orientavam suas premissas podemos apontar a conquista da justiça social, a transformação da sociedade – que se faria também a partir dos saberes, a solução dos problemas do Terceiro Mundo e a denúncia do conteúdo ideológico da ciência e de sua função de legitimação da ordem injusta estabelecida. Pois afinal, nas palavras de Milton Santos (1978), o espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão.

Tais preocupações políticas foram acompanhadas por preocupações de método. Era preciso acabar com o ideologia conservadora da ciência ou, em outras palavras, era mister fazer a crítica à geografia analítica ou quantitativa. O espaço é um produto social e as relações espaciais nada mais são do que manifestações das relações sociais de classe sobre o espaço geográfico. Mediação entre o homem e a natureza, a produção é feita pelos instrumentos de trabalho e resulta da divisão do trabalho. Eis o objeto da disciplina: a produção do espaço, o espaço como produto histórico e resultado do trabalho.

6- ALGUMAS QUESTÕES E HORIZONTES

Contudo, hoje, uma das novidades mais significativas seja, talvez, a ênfase nos problemas particulares ou, em outras palavras, o surgimento de geografias recortadas, cuja definição advém ora de concepções limitadas de espaço – econômico, antropológico, cultural, turístico, ora do mercado, ora dos próprios instrumentos que permitem a análise.

Num mundo onde a tecnociência tende a dominar o *ecumene* e os tecnicismos de diferentes naturezas parecem impor-se como formas únicas de fazer, a importação de teorias e a autonomização dos instrumentos são fenômenos cotidianos. A atualização das nossas teorias parece encontrar ciladas na sedução dos modelos teóricos estrangeiros e, ademais, há sempre a questão da visibilidade de uma ou outra geografia.

Entretanto, a cada momento histórico, essa visibilidade é dada por um conjunto de variáveis diferentes ou de força diversa. Na geografia brasileira do século passado e até 1960, a influência francesa foi marcante e a visibilidade construiu-se, sobretudo, a partir da presença dos mestres no Brasil, trabalhando tanto no ensino quanto na pesquisa, da formação de discípulos no país e na França e da produção de grandes tratados, enciclopédias, manuais, que eram resultados de pesquisas de campo. Eram tempos de uma formação e concepção enciclopedista, unificadora, globalizante que buscava eliminar dualismos e fraturas nos campos de conhecimento. O modelo vidaliano de monografia, explica Eliseu Sposito (2004, p. 108) “inspirou numerosas teses e dissertações nos principais centros de pós-graduação do Brasil” e só se esgotou nas décadas de 1960 e 1970 com a influência do marxismo.

Hoje, na geografia brasileira, na geografia latino-americana, na geografia "mundial", a influência anglosaxã é notável e sua visibilidade funda-se numa profusão de publicações mas, especialmente, naquelas que atingem grandes tiragens e no alto número de periódicos especializados e prestigiosos, na assiduidade dos encontros e congressos, na participação em redes, grupos de trabalho e agendas e, outrossim, na especialização dos assuntos.

O mundo, hoje, caracteriza-se pela globalização da economia, da sociedade, da política, da cultura, da técnica. Os atores principais são os agentes financeiros, as firmas globais, as fundações, as grandes universidades estrangeiras e certas ONG's. Num contexto de redes materiais e imateriais ao serviço de certas necessidades de produção e circulação, próprias de um mercado invasor que se conjuga com a preeminência do discurso e da imagem, os imperativos da pesquisa tendem a ser específicos e, tantas vezes, egoístas.

Nesse mundo, vemos descortinar-se, *grosso modo*, duas geografias. De um lado, uma geografia que busca entender o mundo pelo fragmento, uma geografia com vocação para as coisas específicas a partir delas. O motor é, por vezes, o mercado, os nacionalismos ou a xenofobia e, seu desejo, a imposição de línguas hegemônicas. O resultado é, com frequência, uma ramificação extrema. É o reino das geografias particulares. Se Camille Vallaux tivesse, hoje, que escrever seu livro sobre as geografias particulares, elas seriam, certamente, outras...

De outro lado, uma geografia mais universalista busca fortalecer-se. Nela, poderíamos reconhecer duas vertentes: a primeira, cuja ênfase na descrição nos remete a sua herança francesa, e a outra, mais preocupada em dar relevância à busca de conceitos-chave. Eis o nosso desafio.

Vivemos, nos dias de hoje, um grande paradoxo. Quando o planeta se tornou uno, produzindo uma história empiricamente universal, somos convidados a especializações extremas. Evidente que o mundo se tornou mais complexo, autorizando uma profusão de saberes específicos, mas as verdadeiras situações explicativas desaconselham rígidos recortes *a priori*, tantas vezes responsáveis pela mutilação dos fenômenos.

Mais uma vez, Camille Vallaux (1929) nos ensina: a geografia não se satisfaz com a descrição, ela explica; será mais exato dizer que a geografia acredita ter conquistado o direito à explicação, que é, de todas suas conquistas, a mais brilhante.

Não se trata de reduzir o complexo ao simples ou de isolar os problemas, mas de seguir aquele conselho de Morin (2001) quando, retomando a frase de Montaigne, nos diz mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça bem-cheia. É assim que Morin (2001) convida a aprimorar a capacidade de formular problemas complexos e a buscar princípios de seleção e organização da informação que lhe dê sentido, que permitam passar da informação ao conhecimento e, mais tarde, quem sabe, à sabedoria. É mister entender as coisas e os nexos juntos, o que, por vezes significa, como quer Maffesoli (1997), não afastar-se do paradoxo na formulação dos problemas

Sabendo que a universalidade empírica (SANTOS, 1984; 1996) é a nossa contemporânea e, portanto, deveria ser o conteúdo da nossa teoria atual, talvez possamos afastar, definitivamente, aquela antiga divisão da disciplina: geografia geral e geografia regional. Não há como compreender o mundo sem o lugar e o lugar sem o mundo. Hoje, tempo empírico e temporalidades são os eixos para a análise de todo o espaço, seja qual for sua escala.

E, do mesmo modo, a produção de um espaço que é um meio técnico-científico-informacional, preenchendo de acréscimos a natureza ou sua cognoscibilidade, permitir-nos-ia, quiçá, exorcizar uma outra fratura secular: geografia física e geografia humana.

Mas, certamente, a mais importante de todas as trajetórias será a de compreender a natureza do espaço como o território usado por toda a sociedade, por todos os atores independentemente de sua força, para elaborarmos um saber verdadeiro e útil, capaz de contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENKO, Georges. *A Ciência Regional*. Celta, Oeiras, 1999.
- BROEK, Jan O. M. (1965). *Iniciação ao Estudo da Geografia*. Zahar, Rio de Janeiro, 2 ed., 1972.
- BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde*. Livre I de BRUNET, Roger et DOLLFUS, Olivier, *Mondes Nouveaux*, volume I de *Géographie Universelle*. Hachette/Reclus, Paris, 1990.
- CAPEL, Horacio. *Geografía Humana y Ciencias Sociales. Una perspectiva histórica*. Montesinos, Barcelona, 1984.
- CLAVAL, Paul. *Histoire de la Géographie*. PUF, Paris, 1995.
- DE MARTONNE, Emmanuel. “Noções gerais” (da Introdução do *Traité de Géographie Physique*), in GODINHO, V.M., *Panorama da Geografia*, vol. I, Cosmos, Lisboa, 1953.
- ESTEBANEZ, José (1982). *Tendencias y problemática actual de la Geografía*. Cincel, 2 reimp., Madri, 1984.

- FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique a l'histoire*. Albin Michel, Paris, 1949.
- GREGORY, K. J. (1985). *A natureza da Geografia Física*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1992.
- HÄGERSTRAND, Torsten. "The Propagation of Innovation Waves", in WAGNER, P. and M. MIKESELL, *Readings in Cultural Geography*, University of Chicago Press, 1962, pp.355-368.
- HARTSHORNE, Richard (1966). *Propósitos e natureza da Geografia*. Hucitec-Edusp, São Paulo, 1978.
- HETTNER, Alfred. "O sistema das ciências e o lugar da Geografia", in *Geographia Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói*, 2000, ano II, n.3, pp. 143-146.
- HUMBOLDT, Alexander von. "Cosmos. Ensayo de una descripción física del mundo", in GÓMEZ MENDOZA, Josefina; Julio MUÑOZ JIMÉNEZ e Nicolás ORTEGA CANTERO. *El Pensamiento Geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las Tendencias Radicales)*. Alianza, Madri, 1982, pp. 159-167.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. Edusp, São Paulo, 1999.
- MACKINDER, Halford. "El objeto y los métodos de la geografía" in Gómez Mendoza, Josefina; Julio Muñoz Jiménez e Nicolás Ortega Cantero. *El Pensamiento Geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las Tendencias Radicales)*. Alianza, Madri, 1982, pp. 204-216.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo*. Paidós, Barcelona, 1997.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e tendências*. Instituto de Geografia-Universidade de São Paulo, 1980.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. (1983). *Geografia. Pequena Historia Crítica*. Hucitec, 9 ed, Sao Paulo, 1990.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita. Repensar a reforma. Reformar o pensamento*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.
- RATZEL, Friedrich. "O homem e o ambiente" in MORAES, Antonio Carlos Robert (org.), *Ratzel. Ática*, São Paulo, 1990, pp. 54-72.
- RATZEL, Friedrich. "O povo e o seu território" in MORAES, Antonio Carlos Robert (org.), *Ratzel. Ática*, São Paulo, 1990, pp. 73-82.
- RECLUS, Élisée. "A complexidade da produção do espaço geográfico" in Manuel Correia de ANDRADE, *Élisée Reclus*, Ática, São Paulo, 1985, pp. 56-60.
- RITTER, Karl. "La organización del espacio en la superficie del globo y su función en el desarrollo histórico", in GÓMEZ MENDOZA, Josefina; Julio MUÑOZ JIMÉNEZ e Nicolás ORTEGA CANTERO. *El Pensamiento Geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las Tendencias Radicales)*. Alianza, Madri, 1982, pp. 168-177.
- ROUGERIE, Gabriel et Nicolas BEROUTCHACHVILI. *Géosystèmes et Paysages. Bilan et méthodes*. Armand Colin, Paris, 1991.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. Hucitec, São Paulo, 1978.
- SANTOS, Milton. SANTOS, Milton. "A Geografia e a nova dimensão do planeta". In: *Rev. Bras. Tecnol.*, Brasília, v. 15 (5), set-out. 1984.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996.
- SAUER, Carl O. "Geografia Cultural" in CORRÊA, Roberto Lobato e Zeny ROSENDAHL, *Geografia Cultural: um século (1)*, Eduerj, Rio de Janeiro, 2000, pp. 99-110.
- SCHAEFER, Fred K. "Exceptionalism in Geography: A methodological examination". In: *Annals of American Geographers*, vol. 43, 1953, pp. 226-249.
- SCHEIBLING, Jacques. *Qu' est-ce que la géographie?* Hachette, Paris, 1994.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia – contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- VALLAUX, Camille (1923) *Les sciences géographiques*. Paris, 1929.

VARENIO, Bernhard. *Geografía General (en la que se explican las propiedades generales de la Tierra)*, editado por Horacio CAPEL, Horacio. *Geografía Humana y Ciencias Sociales. Una perspectiva histórica*. Montesinos, Barcelona, 1984.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1922). *Princípios de Geografia Humana*. Cosmos, Lisboa, 1954.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. “Quadro da Geografia da França” in *Geographia* Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, 1999, ano I, n.1, pp. 141-145.